O COTIDIANO EM QUE CIRCULA O AXÉ: UM ESTUDO EM UM TERREIRO DE UMBANDA DE SERGIPE

ÁRTEMIS DE ARAUJO ALVES[1]
LUIZ ALEX SILVA SARAIVA[2]
GRACYANNE FREIRE DE ARAUJO[3]

[1]*Universidade Federal de Sergipe – artencantarias@gmail.com*
[2] *Universidade Federal de Minas Gerais – saraiva@face.ufmg.br*
[3]*Universidade Federal de Sergipe – gracyanne@gmail.com*

Resumo

Partindo da noção de vida social organizada, este trabalho desloca o entendimento de organização para além das instituições formais, evidenciando práticas cotidianas, rituais, afetivas e memorialísticas como formas legítimas de organizar a vida coletiva. A pesquisa tem abordagem etnográfica, com observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas com integrantes da comunidade. Os principais achados foram agrupados em duas grandes categorias de análise: a) O terreiro como organização do cotidiano; e b) Memória, oralidade e circulação do axé, que, em conjunto, se prestam a reflexões mais amplas sobre as possibilidades organizacionais de análise quando se observa a forma que a vida se organiza em sociedade, bem como sobre o tensionamento de epistemologias hegemônicas e a legitimação saberes afrocentrados historicamente marginalizados, afirmando o terreiro como espaço social, político e epistemológico de resistência e produção de vida.

Palavras-chave: Vida Social Organizada; Comunidade Tradicional de Terreiro; Cotidiano; Memória; Umbanda.

Introdução

Os Estudos Organizacionais têm sido historicamente marcados pela centralidade de perspectivas eurocentradas, racionalistas e gerencialistas que privilegiam formas institucionalizadas de organização e modos hegemônicos de produção da vida social. Nesse movimento, práticas organizativas populares, cotidianas e comunitárias frequentemente permanecem invisibilizadas ou são compreendidas a partir de categorias insuficientes para abarcar suas complexidades históricas, políticas e cosmológicas (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; SARAIVA, 2024). Tal incompreensão se torna ainda mais intensa quando se trata de organizações vinculadas às religiões afro-brasileiras, atravessadas por processos históricos de racialização, marginalização e epistemicídio (QUIJANO, 2005; GROSFOGUEL, 2016).

Nesse contexto, os Terreiros de Umbanda se apresentam como espaços particularmente relevantes para pensar outras formas de organização da vida coletiva. Mais do que espaços religiosos, os Terreiros constituem territórios de memória, cuidado, circulação de saberes, produção de vínculos comunitários e manutenção de tecnologias ancestrais de existência. Seus cotidianos organizam práticas de acolhimento, partilha, escuta, aprendizagem e resistência que escapam às racionalidades neoliberais centradas na produtividade, no individualismo e na

mercantilização da vida (SIMAS; RUFINO, 2018; SODRÉ, 2002). Ao reconhece-los como espaços organizacionais, este trabalho se volta para práticas sociais que produzem fissuras nos modos hegemônicos de organização e trabalho. Interessa aqui compreender como experiências organizativas construídas nos cotidianos populares podem desestabilizar saberes gerenciais totalizantes e produzir outros modos de existência, sustentados por relações de ancestralidade, coletividade e encantamento. Trata-se de deslocar o olhar dos centros institucionalizados de gestão para experiências frequentemente consideradas marginais, menores ou "desimportantes", mas que produzem formas potentes de sustentação da vida cotidiana.

A pesquisa parte do entendimento de que o cotidiano não constitui uma dimensão banal ou secundária da vida social, mas um espaço político no qual sujeitos produzem táticas de sobrevivência, invenção e resistência (CERTEAU, 1994; HELLER, 1985). Nos terreiros, essas práticas cotidianas articulam corpo, memória, espiritualidade e organização coletiva de maneira inseparável. Assim, ao invés de compreender a organização apenas como estrutura formal, esta pesquisa busca percebê-la enquanto prática viva, relacional e territorializada, constituída por afetos, rituais, narrativas e movimentos comunitários.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com os Estudos Organizacionais críticos e decoloniais, especialmente com autores que problematizam a colonialidade do saber e a necessidade de ampliação das formas legítimas de produção de conhecimento (MIGNOLO, 2008; ABDALLA; FARIA, 2015). Além disso, articula contribuições dos estudos do cotidiano, da antropologia da religião e das epistemologias afrodiaspóricas para compreender os terreiros não apenas como objeto de análise, mas como espaços produtores de conhecimento e elaboração cosmopolítica. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva etnográfica construída a partir da convivência, da escuta e do envolvimento com o campo. Os relatos produzidos ao longo da pesquisa, somados às entrevistas realizadas, compõem uma etnografia atravessada pela experiência, pela memória e pela implicação da pesquisadora. Nesse sentido, o trabalho aproxima-se da noção de metodologias vulneráveis (SARAIVA, 2023), reconhecendo que pesquisar envolve afetar-se, deslocar-se e construir conhecimento em relação.

O objetivo geral do artigo é compreender como práticas organizativas presentes em um terreiro de umbanda produzem modos de existência e resistência que tensionam racionalidades neoliberais e colonialidades presentes nos Estudos Organizacionais. Como objetivos específicos, busca-se: (i) compreender como o cotidiano do terreiro organiza práticas coletivas de cuidado, memória e sociabilidade; (ii) analisar como corpo, oralidade e ancestralidade constituem formas organizativas próprias; e (iii) discutir de que maneira essas práticas produzem fissuras em racionalidades gerenciais modernas e apontam para outras possibilidades de organização da vida social.

Ao trazer o terreiro para o centro da discussão organizacional, este artigo contribui para ampliar os horizontes epistemológicos do campo, deslocando a noção de organização para experiências cotidianas e populares historicamente marginalizadas. Mais do que analisar práticas religiosas, trata-se de reconhecer formas outras de organizar, cuidar e sustentar a vida coletiva, produzidas nas encruzilhadas entre memória, resistência e encantamento.

Na próxima seção, discutem-se os referenciais teóricos que sustentam a análise, articulando debates sobre cotidiano, colonialidade, práticas organizativas e cosmologias afro-brasileiras.

Estudos organizacionais, cotidiano e práticas organizativas

Os Estudos Organizacionais se constituíram historicamente a partir de perspectivas voltadas à racionalização do trabalho, ao gerenciamento da produtividade e à formalização dos processos organizativos. Durante muito tempo, organizações foram apenas associadas a empresas, instituições burocráticas e estruturas administrativas formais, produzindo um estreitamento das possibilidades analíticas do campo (ÜSDIKEN; KIESER, 2004). Tal trajetória contribuiu para a consolidação de modelos teóricos fundamentados em racionalidades modernas eurocentradas, incapazes de abarcar experiências organizativas produzidas em contextos populares, periféricos e comunitários.

Nas últimas décadas, contudo, autores vinculados aos Estudos Organizacionais críticos têm tensionado essa limitação ao propor deslocamentos epistemológicos capazes de ampliar aquilo que pode ser reconhecido como organização e como prática organizativa (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; SARAIVA, 2024). Nesse movimento, a noção de vida social organizada ganha centralidade ao compreender que a organização não se restringe às instituições formais, mas emerge também das práticas cotidianas por meio das quais sujeitos sustentam relações, produzem sentidos e organizam coletivamente suas existências. Essa perspectiva permite compreender que práticas organizativas não são exclusividade de ambientes corporativos, estando presentes em diferentes territórios sociais, como feiras, mercados populares, ocupações urbanas, festas comunitárias e terreiros de religiões afro-brasileiras (GOUVÊA; CABANA; ICHIKAWA, 2018; NORONHA; ABREU; SILVA, 2024). Mais do que estruturas rígidas, organizações passam a ser entendidas enquanto processos vivos, relacionais e continuamente produzidos pelas interações cotidianas.

Nesse contexto, os estudos sobre gestão ordinária oferecem contribuições importantes ao deslocarem o olhar gerencialista para práticas comuns e cotidianas frequentemente invisibilizadas pelas teorias administrativas tradicionais (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014). A gestão ordinária refere-se às formas de organizar construídas no cotidiano por sujeitos que operam a partir de recursos limitados, saberes locais e relações de proximidade. Ao enfatizar improvisação, experiência e criatividade cotidiana, essa perspectiva rompe com concepções normativas de gestão fundamentadas exclusivamente na eficiência e na racionalidade instrumental.

As contribuições de Michel de Certeau (1994) tornam-se particularmente relevantes nesse debate ao compreender o cotidiano como espaço de invenção e resistência. Para o autor, sujeitos comuns produzem táticas cotidianas que tensionam estruturas hegemônicas, criando modos próprios de habitar e reorganizar a vida social. Essas práticas nem sempre assumem formas explícitas de enfrentamento político, mas constituem micro-resistências produzidas nos usos cotidianos do espaço, do corpo, da linguagem e da memória.

Agnes Heller (1985) também contribui para essa discussão ao afirmar que a vida cotidiana constitui o centro da experiência social. É no cotidiano que sujeitos reproduzem a vida, constroem relações e produzem sentidos sobre o mundo. Assim, compreender práticas organizativas cotidianas implica reconhecer que os processos de organização da vida não se limitam à dimensão produtiva do trabalho formal, abrangendo também práticas de cuidado, espiritualidade, convivência e manutenção comunitária.

Ao trazer essas discussões para o contexto dos terreiros, torna-se possível compreendê-los como espaços organizativos complexos, sustentados por práticas coletivas que articulam ritual, memória, oralidade, trabalho comunitário e cuidado mútuo. Nessas experiências,

organizar não significa apenas administrar recursos ou coordenar atividades, mas produzir vínculos, sustentar ancestralidades e garantir a continuidade da vida coletiva.

Além disso, os terreiros desafiam concepções modernas de organização ao operarem a partir de temporalidades, hierarquias e lógicas distintas das racionalidades neoliberais contemporâneas. Enquanto o neoliberalismo valoriza produtividade, individualização e competitividade, os cotidianos dos terreiros frequentemente se estruturam em torno da partilha, da circularidade, da escuta e da responsabilidade coletiva. Dessa forma, pensar os terreiros a partir dos Estudos Organizacionais implica reconhecer a existência de outras racionalidades organizativas, produzidas nas margens dos modelos hegemônicos de gestão.

Esse deslocamento teórico torna-se particularmente importante diante da necessidade de ampliação epistemológica do campo organizacional. Como argumentam Teixeira *et al*. (2021), pensar inclusão e diversidade nos Estudos Organizacionais exige não apenas incorporar novos sujeitos às análises existentes, mas transformar as próprias bases epistemológicas que definem o que é reconhecido como conhecimento legítimo. Nesse sentido, voltar-se aos cotidianos organizativos dos terreiros constitui também um gesto político de descentramento epistemológico.

A partir dessas contribuições, este trabalho compreende o terreiro não como metáfora organizacional, mas como organização viva e produtora de conhecimento. Suas práticas cotidianas permitem visualizar formas outras de organizar a vida coletiva, revelando experiências que desafiam racionalidades coloniais e neoliberais ainda predominantes no campo dos Estudos Organizacionais.

Colonialidade, resistência e modos de existência

A modernidade ocidental consolidou-se a partir de processos históricos profundamente articulados à colonialidade, produzindo hierarquias raciais, epistêmicas e culturais que continuam organizando as formas de produção do conhecimento e da vida social contemporânea (Quijano, 2005). Nesse contexto, a colonialidade do saber opera por meio da legitimação de epistemologias eurocentradas enquanto desqualifica conhecimentos produzidos por povos racializados, indígenas, africanos e afro-diaspóricos (MIGNOLO, 2008; GROSFOGUEL, 2016).

Nos Estudos Organizacionais, essa lógica manifesta-se na predominância de teorias construídas a partir de referenciais empresariais e modernos, frequentemente orientados por racionalidades instrumentais e universais. Como consequência, experiências organizativas produzidas em territórios populares, religiosos e periféricos tornam-se invisibilizadas ou reduzidas a categorias insuficientes para compreender suas complexidades cosmológicas e políticas.

Ao discutir a opção decolonial em administração, Abdalla e Faria (2015) argumentam que a ampliação epistemológica do campo exige reconhecer conhecimentos historicamente subalternizados como produtores legítimos de teoria e prática organizacional. Trata-se de questionar não apenas quem produz conhecimento, mas quais experiências são consideradas dignas de investigação e quais racionalidades organizam os critérios de validade científica. Nesse cenário, os terreiros de umbanda emergem como espaços profundamente atravessados por disputas epistemológicas e políticas. Historicamente marginalizados pelo racismo religioso e pelas heranças coloniais, os povos de terreiro desenvolveram formas próprias de sustentação da vida coletiva, preservação da memória e resistência cultural (Sodré, 2002; Simas, 2022). Seus cotidianos articulam espiritualidade, ancestralidade, oralidade e cuidado comunitário em

práticas que desafiam concepções modernas de organização social. Mais do que espaços religiosos, os terreiros constituem territórios de resistência cotidiana. Essa resistência, contudo, não se expressa apenas por enfrentamentos diretos às estruturas de poder, mas também pela manutenção de modos de existência que recusam integralmente a lógica neoliberal da produtividade, da competição e da mercantilização da vida. Como argumenta Pelbart (2003), resistir implica também produzir outras formas de viver, desejar e organizar o comum.

Nesse sentido, a noção de modos de existência torna-se central para esta pesquisa. Em vez de compreender resistência apenas como oposição frontal ao poder, interessa perceber como determinados modos de vida produzem fissuras nas racionalidades hegemônicas ao sustentarem outras temporalidades, afetos, relações e cosmologias. Os terreiros produzem precisamente esse tipo de deslocamento ao organizarem a vida coletiva a partir da ancestralidade, da circularidade e do encantamento.

As contribuições de Deleuze e Guattari (1978) acerca da literatura menor ajudam a compreender essas experiências enquanto práticas produzidas nas margens dos sistemas hegemônicos. O "menor", nesse contexto, não diz respeito à inferioridade, mas à potência política de experiências que operam deslocamentos nas linguagens dominantes e criam brechas nos regimes totalizantes de saber e poder. Assim, práticas organizativas produzidas nos cotidianos dos terreiros podem ser compreendidas como experiências menores que tensionam os modos hegemônicos de organizar a vida social. Do mesmo modo, Certeau (1994) permite compreender que sujeitos historicamente marginalizados desenvolvem táticas cotidianas que reconfiguram usos, sentidos e possibilidades de existência dentro de estruturas opressivas. Nos terreiros, essas táticas aparecem na preservação de memórias ancestrais, na manutenção das práticas rituais, na circulação oral dos conhecimentos e na sustentação comunitária diante de contextos marcados pela intolerância religiosa e pelo racismo estrutural.

A resistência produzida nesses espaços também envolve uma dimensão cosmopolítica. Como sugerem Simas e Rufino (2018), as cosmologias afro-brasileiras não se restringem à esfera religiosa, constituindo formas complexas de interpretar, sentir e organizar o mundo. O encantamento, nesse contexto, opera como tecnologia política de produção da vida, possibilitando relações que desafiam separações modernas entre corpo e espírito, humano e natureza, materialidade e ancestralidade. Ao trazer essas discussões para os Estudos Organizacionais, este trabalho busca ampliar as possibilidades de compreensão sobre organização e resistência. Mais do que identificar práticas alternativas de gestão, interessa compreender como determinados modos de existência produzem outras racionalidades organizativas e outras formas de sustentar a vida coletiva. Os terreiros, nesse sentido, tornam-se espaços privilegiados para pensar práticas organizativas que desestabilizam os pressupostos neoliberais e coloniais ainda predominantes no campo organizacional.

Terreiro, memória e encantamento

Os terreiros de umbanda constituem espaços complexos de organização da vida social, nos quais espiritualidade, memória, corpo e cotidiano articulam-se de maneira inseparável. Muito além de espaços exclusivamente religiosos, os terreiros operam como territórios comunitários de acolhimento, aprendizagem, circulação de saberes e manutenção de vínculos ancestrais. Neles, práticas cotidianas organizam formas coletivas de existir sustentadas por relações de cuidado, reciprocidade e pertencimento.

Historicamente, as religiões afro-brasileiras foram atravessadas por processos de criminalização, perseguição e marginalização decorrentes do racismo estrutural e das heranças

coloniais brasileiras (Prandi, 1998; Nogueira, s.d.). Ainda assim, os terreiros persistiram como espaços de resistência cultural e preservação de cosmologias africanas e afro-diaspóricas. Como argumenta Sodré (2002), o terreiro constitui uma forma social negro-brasileira que reorganiza relações comunitárias, temporalidades e modos de viver a partir de princípios distintos daqueles produzidos pela modernidade ocidental. Nesse contexto, a memória ocupa um papel central. Nos terreiros, a ancestralidade não aparece apenas como referência simbólica ao passado, mas como presença ativa que organiza o cotidiano e sustenta a continuidade da vida coletiva. A memória circula por meio das narrativas, dos rituais, dos corpos, das músicas, das comidas e das práticas comunitárias, constituindo formas próprias de transmissão de conhecimento (BOSI, 2003; POLLAK, 1989).

Diferentemente das lógicas modernas de arquivamento e institucionalização do conhecimento, os saberes de terreiro circulam majoritariamente pela oralidade e pela experiência compartilhada. Leda Maria Martins (2003; 2021) compreende essas dinâmicas a partir da noção de oralitura, entendendo o corpo como território de inscrição da memória e da ancestralidade. Nos terreiros, aprende-se pela convivência, pela observação, pela escuta e pela participação ritual. O conhecimento não se separa da experiência vivida. Essa dimensão corporal do saber aproxima-se das contribuições de Csordas (1990; 2002), para quem o corpo não constitui apenas suporte biológico da experiência, mas condição fundamental da produção de sentido no mundo social. Nos rituais afro-brasileiros, o corpo participa ativamente da circulação do axé, da manifestação das entidades e da produção coletiva do sagrado. Corpo, espiritualidade e organização coletiva tornam-se dimensões inseparáveis.

A centralidade do ritual também desempenha papel importante na organização da vida comunitária dos terreiros. Victor Turner (1974) compreende o ritual como processo social capaz de reorganizar relações, produzir pertencimento e suspender hierarquias ordinárias. Nos terreiros, os rituais estruturam temporalidades, responsabilidades coletivas e formas de circulação entre humanos, entidades e ancestralidades. Mais do que cerimônias religiosas, constituem práticas organizativas que sustentam a continuidade do grupo. Catherine Bell (2009) contribui para essa discussão ao compreender o ritual enquanto prática social produtora de sentidos, relações e formas específicas de agir no mundo. A ritualização não apenas representa uma cosmologia, mas organiza corporalmente sujeitos e coletividades. No contexto dos terreiros, isso significa reconhecer que os rituais produzem formas próprias de organização social, articulando cuidado, pertencimento e responsabilidade comunitária.

Além da memória e do ritual, o encantamento emerge como dimensão fundamental para compreender os modos de existência produzidos nos terreiros. Simas e Rufino (2018) argumentam que as cosmologias afro-brasileiras operam por meio de uma ciência encantada das macumbas, capaz de desafiar racionalidades modernas fundamentadas na separação entre materialidade e espiritualidade. O encantamento não se restringe ao sobrenatural, mas constitui uma forma de produzir relações, sentidos e possibilidades de vida. Nesse sentido, o encantamento pode ser compreendido como tecnologia social e política de sustentação comunitária. Ao mobilizar vínculos entre vivos, ancestrais, entidades e territórios, os terreiros produzem formas de organização que recusam fragmentações modernas entre indivíduo e coletivo, corpo e espírito, trabalho e cuidado. Essa dimensão torna-se particularmente relevante diante das racionalidades neoliberais contemporâneas, marcadas pela individualização, pela aceleração e pela mercantilização das relações sociais.

A noção de tempo espiralar, desenvolvida por Martins (2021), também contribui para compreender essas dinâmicas organizativas. Diferentemente da temporalidade linear moderna, os terreiros operam a partir de relações temporais circulares e ancestrais, nas quais passado,

presente e futuro coexistem continuamente. A ancestralidade não permanece distante; ela atravessa os cotidianos, orienta decisões, organiza responsabilidades e participa ativamente da vida coletiva. Assim, compreender os terreiros enquanto organizações exige deslocar concepções modernas e racionalistas de organização social. Nos cotidianos de terreiro, organizar significa cuidar, alimentar, escutar, compartilhar, rezar, lembrar, incorporar e sustentar coletivamente a continuidade da vida. Trata-se de práticas organizativas profundamente atravessadas por afetos, espiritualidade e ancestralidade. Ao trazer essas experiências para o centro dos Estudos Organizacionais, este trabalho busca reconhecer os terreiros como produtores legítimos de conhecimento organizacional. Mais do que objetos exóticos de investigação, constituem espaços complexos de elaboração cosmopolítica e produção de modos de existência que desafiam epistemologias coloniais e racionalidades neoliberais predominantes no campo.

Percurso metodológico: etnografia, cotidiano e encruzilhadas do pesquisar

Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-empírico, construída a partir de uma perspectiva etnográfica comprometida com a experiência, com o cotidiano e com os modos de existência produzidos no terreiro. Mais do que utilizar a etnografia como técnica de coleta de dados, a pesquisa assumiu a etnografia enquanto prática relacional, corporal e ética de presença, reconhecendo que o conhecimento produzido emerge do vínculo, da escuta, da convivência e dos atravessamentos que constituem o campo (Magnani, 2009; Silva, 2015).

A investigação foi realizada em um terreiro de umbanda localizado no estado de Sergipe, espaço acompanhado ao longo do período de desenvolvimento da dissertação. A aproximação com o campo não ocorreu a partir de uma lógica externa de observação distanciada, mas por meio de uma inserção atravessada por experiências afetivas, corporais e espirituais, compreendendo o terreiro como espaço de sociabilidade, memória, cuidado, aprendizagem e organização da vida cotidiana.

Nesse sentido, a pesquisa parte da compreensão de que os terreiros não podem ser reduzidos a "objetos religiosos", tampouco interpretados apenas pela chave institucional da organização formal. O terreiro foi compreendido como espaço organizativo complexo, no qual circulam práticas de cuidado, transmissão de saberes, produção de memória, articulações comunitárias e formas de resistência cotidiana que escapam às racionalidades neoliberais e gerencialistas (Sodré, 2002; Saraiva, 2024).

A produção dos dados ocorreu a partir de diferentes movimentos metodológicos articulados entre si: observação participante, construção de diário de campo, conversas informais, participação em atividades rituais e entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes do terreiro. As entrevistas buscaram compreender trajetórias, experiências e percepções relacionadas às práticas cotidianas do terreiro, às formas de organização da vida coletiva e aos sentidos atribuídos às experiências vividas naquele espaço.

Entretanto, é importante destacar que os dados produzidos não se limitaram às entrevistas formais. Os silêncios, os gestos, os deslocamentos, os corpos em gira, os momentos de preparo ritual, os afetos compartilhados e as memórias evocadas durante a convivência também compuseram o campo analítico da pesquisa. Inspirada por autores como Csordas (1990; 2002), Martins (2003; 2021) e Rufino (2019a), a investigação reconhece que existem saberes que não se apresentam apenas pela palavra racionalizada, mas que se manifestam pela corporeidade, pela oralidade, pela performance e pela experiência.

Assim, o trabalho aproxima-se da noção de metodologias vulneráveis proposta por Saraiva (2023), assumindo que pesquisar implica também expor-se aos encontros e admitir que o campo transforma quem pesquisa. A neutralidade científica moderna é, portanto, problematizada em favor de uma postura ética que reconhece a implicação da pesquisadora na produção do conhecimento. Essa dimensão torna-se especialmente importante quando se considera que pesquisas sobre religiões afro-brasileiras historicamente foram atravessadas por processos de exotização, patologização e violência epistêmica (Grosfoguel, 2016; Mignolo, 2008). Desse modo, a pesquisa buscou construir uma relação metodológica comprometida com o respeito aos tempos, limites e sentidos produzidos pelo próprio terreiro, evitando traduzir integralmente suas experiências para categorias externas e universalizantes.

Ao assumir a centralidade do cotidiano como dimensão analítica, o estudo aproxima-se das contribuições de Certeau (1994), Heller (1985) e Lefebvre (1991), compreendendo o cotidiano não como espaço banal ou residual, mas como território fundamental de invenção da vida social. É no cotidiano que os sujeitos produzem táticas, sustentam vínculos, reelaboram memórias e constroem formas de existência que frequentemente escapam às estruturas hegemônicas. No terreiro pesquisado, isso se manifesta nas pequenas práticas que sustentam a vida coletiva: o preparo da comida, o cuidado com o espaço, a circulação do axé, os modos de acolhimento, os ensinamentos compartilhados entre gerações, as formas de escuta e os rearranjos cotidianos realizados para manter a comunidade funcionando. Essas práticas, frequentemente invisibilizadas pelos estudos organizacionais tradicionais, revelam outras possibilidades de compreender organização, trabalho e gestão.

Além disso, o percurso metodológico foi atravessado pela compreensão de que o conhecimento pode ser produzido em encruzilhada. Inspirada pela pedagogia das encruzilhadas (Rufino, 2019a), a pesquisa buscou tensionar fronteiras entre teoria e experiência, entre academia e terreiro, entre racionalidade científica e saber encantado. Assim, o trabalho não pretende oferecer uma interpretação totalizante sobre a umbanda ou sobre os terreiros, mas construir uma reflexão situada, parcial e implicada.

Do ponto de vista ético, foram preservadas as identidades das pessoas participantes da pesquisa, respeitando os acordos construídos durante o trabalho de campo. Algumas experiências, narrativas e práticas não foram detalhadas no texto justamente por compreender que nem todo saber precisa — ou deve — ser traduzido integralmente para a lógica acadêmica. Também essa escolha constitui um posicionamento metodológico e político. Por fim, compreende-se que a etnografia realizada não produziu apenas dados sobre o terreiro, mas também deslocamentos nas formas de pensar pesquisa, organização e conhecimento. Mais do que investigar práticas organizativas, o percurso metodológico permitiu perceber que existem modos outros de produzir vida coletiva, sustentados por vínculos, ancestralidade, cuidado e encantamento, capazes de abrir fissuras nas racionalidades neoliberais que organizam grande parte da vida contemporânea.

Análise e discussão

Os dados deram margem à emersão de duas categorias centrais: a) O terreiro como organização do cotidiano; e b) Memória, oralidade e circulação do axé, a seguir analisadas:

O terreiro como organização do cotidiano

A experiência etnográfica realizada ao longo desta pesquisa permitiu compreender que o terreiro organiza a vida coletiva para além dos momentos ritualísticos formalmente instituídos. Seu cotidiano é sustentado por uma rede contínua de práticas de cuidado, convivência, escuta e circulação de responsabilidades que produzem formas próprias de organização social. Nesse contexto, organizar não significa apenas administrar atividades religiosas, mas sustentar vínculos comunitários, memórias compartilhadas e modos coletivos de existir.

As práticas observadas no terreiro revelam uma dinâmica organizativa profundamente atravessada pela noção de responsabilidade coletiva. A manutenção da casa envolve atividades distribuídas entre os integrantes, incluindo preparação de alimentos, limpeza dos espaços, organização ritual, acolhimento de visitantes e cuidado com os membros da comunidade. Tais atividades não aparecem organizadas exclusivamente a partir de critérios burocráticos ou produtivistas, mas por relações de pertencimento e compromisso coletivo com a continuidade da casa.

Essa dimensão aproxima-se das discussões sobre gestão ordinária desenvolvidas por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), especialmente ao evidenciar formas de organização construídas no cotidiano por meio da experiência, da improvisação e da colaboração. No terreiro, as práticas organizativas emergem menos de estruturas formais rigidamente estabelecidas e mais da convivência cotidiana, da observação e da participação contínua na vida comunitária.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o aprendizado organizativo ocorre prioritariamente pela experiência compartilhada. Os integrantes aprendem observando os mais velhos, acompanhando os rituais, participando das atividades coletivas e ouvindo narrativas que circulam nos encontros cotidianos. O conhecimento não se separa da prática nem da convivência; aprende-se fazendo, convivendo e participando do cotidiano da casa.

Essa dinâmica evidencia a centralidade da oralidade e da corporalidade na organização da vida coletiva do terreiro. Muitas orientações não são formalizadas documentalmente, mas transmitidas por meio da experiência, da repetição ritual e das relações construídas no cotidiano. Tal característica desafia concepções modernas de organização fundamentadas na centralidade da escrita, da formalização e da racionalização técnica dos processos organizativos.

Além disso, o cotidiano do terreiro revela formas específicas de relação com o tempo. Diferentemente das temporalidades aceleradas associadas às racionalidades neoliberais, as práticas observadas no campo operam por meio de ritmos próprios, marcados pela circularidade ritual, pela espera e pela atenção às necessidades coletivas. As atividades da casa frequentemente organizam-se em função das demandas espirituais, das festividades religiosas e das relações comunitárias, produzindo temporalidades menos orientadas pela produtividade e mais vinculadas ao cuidado e à continuidade da vida coletiva.

Nesse sentido, o terreiro produz fissuras importantes nas lógicas contemporâneas de individualização e aceleração social. Enquanto racionalidades neoliberais tendem a transformar relações sociais em relações utilitárias e competitivas, os cotidianos observados no campo enfatizam práticas de reciprocidade, acolhimento e interdependência. A circulação do cuidado aparece como elemento central para a sustentação da comunidade.

As experiências narradas pelos interlocutores também evidenciam que o terreiro frequentemente assume funções que extrapolam a dimensão religiosa, constituindo-se como espaço de apoio emocional, fortalecimento identitário e proteção comunitária diante das

violências sociais enfrentadas cotidianamente pelos sujeitos. Em muitos relatos, a chegada ao terreiro aparece associada à busca por acolhimento, pertencimento e reconstrução subjetiva após experiências marcadas por sofrimento, racismo ou exclusão social.

Essa dimensão reforça a compreensão do terreiro enquanto espaço organizativo que sustenta modos de existência coletivos em contextos historicamente atravessados pela marginalização. Mais do que local de culto religioso, o terreiro emerge como território de reorganização da vida social, produção de vínculos e sustentação comunitária.

Ao deslocar o olhar organizacional para essas práticas cotidianas, torna-se possível ampliar as formas de compreender organização nos Estudos Organizacionais. O terreiro evidencia que organizar também envolve cozinhar coletivamente, escutar, cuidar, ensinar, acolher, rezar e sustentar relações de pertencimento. Tais práticas, frequentemente invisibilizadas pelas teorias gerenciais tradicionais, revelam outras racionalidades organizativas produzidas nos cotidianos populares.

Memória, oralidade e circulação do axé

A memória constitui um dos principais elementos organizadores da vida coletiva no terreiro pesquisado. Ao longo da experiência etnográfica, tornou-se evidente que as práticas cotidianas da casa são continuamente atravessadas pela ancestralidade, pela circulação de narrativas e pela manutenção de vínculos com aqueles que vieram antes. Nesse contexto, a memória não aparece como simples recordação do passado, mas como presença viva que orienta relações, decisões e modos de organização comunitária.

As histórias contadas pelos mais velhos desempenham papel fundamental na transmissão dos conhecimentos da casa. Narrativas sobre entidades, antigos dirigentes do terreiro, experiências espirituais e acontecimentos vividos pela comunidade circulam continuamente nos encontros cotidianos, produzindo formas de aprendizagem que articulam memória, experiência e pertencimento. Aprende-se ouvindo, observando e participando das práticas coletivas. Essa dinâmica aproxima-se das discussões de Pollak (1989) sobre memória coletiva, especialmente ao evidenciar que recordar constitui também um processo político de construção identitária e sustentação comunitária. Nos terreiros, a memória organiza pertencimentos, reafirma continuidades ancestrais e produz sentidos compartilhados sobre a existência coletiva.

A oralidade ocupa posição central nesse processo. Diferentemente das formas modernas de transmissão do conhecimento fundamentadas predominantemente na escrita, os saberes de terreiro circulam prioritariamente pela palavra falada, pela convivência e pela experiência corporal. Como argumenta Martins (2003), a oralitura constitui uma forma específica de inscrição da memória no corpo e na experiência coletiva. O conhecimento não está apenas nos discursos formais, mas nos gestos, nas músicas, nos rituais e nas práticas cotidianas. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber que muitas orientações importantes sobre o funcionamento da casa não eram ensinadas de maneira sistematizada ou documental. Os conhecimentos emergiam nos momentos cotidianos: durante a preparação de comidas rituais, na organização das giras, nas conversas após os trabalhos espirituais ou na observação atenta das ações dos mais velhos. Essa dimensão evidencia uma pedagogia da convivência profundamente distinta das racionalidades modernas de ensino formalizado.

Além da oralidade, o corpo desempenha papel central na circulação da memória e do conhecimento no terreiro. Os rituais, as incorporações, as danças e os cantos produzem experiências corporais que organizam pertencimentos e atualizam vínculos ancestrais. O corpo

torna-se espaço de circulação do axé e de manifestação da memória coletiva. A noção de axé, nesse contexto, ultrapassa interpretações restritas ao campo religioso. O axé opera como força vital que circula entre pessoas, entidades, objetos, alimentos e espaços, sustentando relações e produzindo continuidade comunitária. Sua circulação organiza responsabilidades, vínculos e formas de cuidado coletivo. Assim, compreender a organização do terreiro exige reconhecer também dimensões cosmológicas que atravessam suas práticas cotidianas.

As experiências observadas revelam ainda que a memória produzida no terreiro constitui importante forma de resistência diante dos processos históricos de apagamento e marginalização das culturas afro-brasileiras. A manutenção das práticas rituais, das narrativas ancestrais e dos modos próprios de transmissão do conhecimento desafia lógicas coloniais que historicamente buscaram silenciar saberes afrodiaspóricos. Nesse sentido, o terreiro opera como espaço de preservação e reinvenção da memória coletiva negra. As práticas cotidianas da casa não apenas mantêm tradições ancestrais, mas atualizam continuamente formas de existir e organizar a vida social que resistem às tentativas históricas de deslegitimação dos povos de terreiro. Ao trazer essas dimensões para os Estudos Organizacionais, este trabalho amplia a compreensão sobre os elementos que constituem processos organizativos. Memória, oralidade, ancestralidade e circulação do axé deixam de aparecer como aspectos periféricos ou exclusivamente simbólicos e passam a ser reconhecidos como dimensões centrais na sustentação da vida coletiva e das práticas organizativas do terreiro.

Considerações finais

Este trabalho buscou compreender os cotidianos organizativos de um terreiro de umbanda a partir de uma perspectiva etnográfica comprometida com os modos de existência, as práticas organizativas e as formas de resistência produzidas nos cotidianos populares. Ao deslocar o olhar dos Estudos Organizacionais para um terreiro de umbanda, a pesquisa procurou tensionar as racionalidades hegemônicas que historicamente delimitam aquilo que pode ser reconhecido como organização, gestão e produção legítima de conhecimento. Ao longo da investigação, tornou-se possível perceber que o terreiro constitui uma organização viva, sustentada por práticas cotidianas de cuidado, memória, oralidade, circulação do axé e responsabilidade coletiva. Diferentemente das concepções modernas e neoliberais de organização, centradas na produtividade, na eficiência e na racionalidade instrumental, o terreiro organiza a vida coletiva por meio da reciprocidade, da ancestralidade e do encantamento. Organizar, nesse contexto, envolve alimentar, acolher, escutar, lembrar, rezar, ensinar e sustentar vínculos comunitários.

Os achados da pesquisa evidenciam que as práticas organizativas produzidas no terreiro desafiam separações modernas entre corpo e espírito, trabalho e cuidado, racionalidade e espiritualidade. O cotidiano da casa revela modos de existência que escapam às lógicas neoliberais de aceleração e individualização, produzindo temporalidades, afetos e formas de convivência sustentadas pela circularidade e pela interdependência. Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui para a ampliação epistemológica dos Estudos Organizacionais ao reconhecer os terreiros como espaços legítimos de produção de conhecimento organizacional. Em vez de tratar os povos de terreiro como objetos exóticos de análise, a pesquisa buscou compreender suas práticas enquanto produtoras de racionalidades organizativas próprias, capazes de tensionar pressupostos coloniais ainda predominantes no campo. Assim, o estudo contribui para debates decoloniais ao deslocar o centro analítico das organizações formais e

empresariais para experiências organizativas produzidas em territórios historicamente marginalizados.

As contribuições metodológicas também se mostram relevantes. A etnografia desenvolvida nesta pesquisa não operou a partir de uma lógica distanciada de observação, mas por meio de uma construção relacional e implicada do conhecimento. Ao assumir a vulnerabilidade, os afetos e os atravessamentos produzidos no campo como parte do processo de pesquisa, o trabalho tensiona concepções modernas de neutralidade científica e propõe possibilidades metodológicas mais sensíveis às experiências corporais, espirituais e cotidianas. Politicamente, a pesquisa reafirma a importância dos terreiros enquanto espaços de resistência cultural, racial e epistemológica. Em contextos marcados pela intolerância religiosa, pelo racismo estrutural e pela precarização da vida, os terreiros sustentam redes comunitárias de acolhimento, cuidado e preservação da memória ancestral. Reconhecer essas experiências como produtoras de conhecimento implica também disputar quais vidas, saberes e formas de organização podem ocupar centralidade na produção acadêmica.

As implicações dessas contribuições ultrapassam o campo dos Estudos Organizacionais. Ao evidenciar práticas organizativas fundamentadas na coletividade, no cuidado e na ancestralidade, o trabalho oferece pistas para pensar formas outras de organizar a vida social em contextos contemporâneos marcados pela fragmentação e pela mercantilização das relações humanas. Mais do que apresentar um "modelo alternativo" de organização, o terreiro revela a possibilidade de existência de racionalidades múltiplas, nas quais vida, espiritualidade e comunidade permanecem inseparáveis. Ainda assim, a pesquisa apresenta limitações. A principal delas se refere a que determinadas experiências e saberes não puderam – e nem deveriam – ser integralmente traduzidos para a escrita acadêmica, tanto por limites metodológicos quanto por questões éticas relacionadas à preservação dos conhecimentos do terreiro.

Como agenda futura, sugere-se o aprofundamento de pesquisas que articulem Estudos Organizacionais, religiosidades afro-brasileiras e perspectivas decoloniais, especialmente em investigações voltadas às dimensões de gênero, raça, territorialidade e economia do cuidado nos cotidianos dos terreiros. Também se mostra relevante ampliar estudos que explorem metodologias implicadas e sensíveis às cosmologias afrodiaspóricas, reconhecendo outras formas de produzir conhecimento para além das epistemologias modernas dominantes. Por fim, esta pesquisa não se encerra como ponto final, mas como continuidade de uma travessia. O terreiro ensinou que conhecimento também se faz na escuta, no silêncio, no corpo, no afeto e na convivência. Talvez uma das principais contribuições deste trabalho seja justamente lembrar que existem formas de organização da vida que persistem apesar da colonialidade, sustentando mundos possíveis em meio às ruínas produzidas pela modernidade neoliberal. Em tempos marcados pela aceleração, pelo esgotamento e pela precarização das relações, os cotidianos do terreiro seguem insistindo que viver também pode ser partilhar, cuidar, lembrar e encantar.

Referências

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração: rumo a uma concepção de agenda. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5, Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CSORDAS, T. J. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

DELGADO, D. D. Sincretismo na umbanda: pacto e impactos na identidade de povos de terreiro. São Paulo: Encruzilhadas, 2024.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HARARI, T.; POZZEBON, M. Metodología otra: challenging modern/colonial matrix with Paulo Freire and decolonial thinking. **Management Learning**, v. 55, n. 1, p. 63-80, 2024.

HELLER, A. **História y vida cotidiana**. México: Grijalbo, 1985.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MARTINS, L. M. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras, n. 26, p. 63-81, 2003.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P. "Arreda, homem, que aí vem mulher": gênero e afrorreligiosidade em organizações religiosas afro-brasileiras. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 594-613, 2022.

PEREIRA, J. R.; PALHARES, J. V.; OLETO, A. F. "Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?": um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência à luz de um olhar decolonial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 4, e2022-0149.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SARAIVA, L. A. S. Sobre metodologias vulneráveis. In: SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A. (Org.). **Metodologias vulneráveis**. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 9-24.

SARAIVA, L. A. S. Vida social organizada y estudios organizacionales. In: Arellano Gault, D.; Montaño Hirose, L. (Org.). **Estudios críticos organizacionales**. Avances, límites y debates: una visión desde América Latina. México: UAM, 2024. p. 322-351.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: EDUSP, 2015.

SIMAS, L. A. **Umbandas**: uma história do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Salvador: Imago, 2002.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; LOUNSBURY, M. Taking religion seriously in the study of organizations. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 41, p. 3-21, 2014.

TURNER, V. W. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIEIRA, M. A. E. S.; ICHIKAWA, E. Y. Gestão ordinária: revisão integrativa e caminhos para pesquisas futuras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7, Curitiba, 2022. **Anais...** Curitiba: SBEO, 2022.